

Moção

Solidariedade com os trabalhadores da Almina

Após a mais recente concessão das antigas pirites alentejanas, a população viu aumentadas as suas expectativas e acreditou que se aproximavam tempos de prosperidade para a empresa, para os trabalhadores e conseqüentemente um inevitável desenvolvimento para todo o concelho.

É pois de estranhar que todas estas expectativas não se tenham concretizado, se considerarmos o volume de faturação, bem como os lucros apresentados por parte da empresa concessionária. Uma política de subcontratação fora do concelho, de baixos salários aliada a condições de segurança abaixo do mínimo exigível, despoletou nos trabalhadores e nas suas famílias um sentimento de injustiça e de revolta, sentimentos esses expressos nos últimos tempos sob a forma de greve e diversas manifestações que tiveram uma forte adesão por parte da população.

Todos desejamos maior desenvolvimento, boas condições de vida, paz social, consensos entre os trabalhadores e empresas conscientes que retirem da sua atividade os esperados lucros, mas que zelem ao mesmo tempo pela segurança e pelas necessidades básicas da sua força de trabalho e que, no mínimo cumpram as leis laborais.

A lei determina que os trabalhadores que exercem funções especializadas, como é o caso dos trabalhadores de fundo de mina e outros que desenvolvem trabalhos específicos próprios desta indústria, tenham formação adequada e por esse facto recebam um salário justo, condições que devem estar devidamente plasmadas e asseguradas por um contrato coletivo de trabalho. Na realidade, não existindo esse contrato coletivo de trabalho, estando os salários dos trabalhadores de fundo de mina muito próximo do salário mínimo nacional e não existindo um plano de formação abrangente e adequado para os trabalhadores desta empresa, é de esperar que a lei não esteja a ser cumprida e que a fiscalização até agora existente, se é que existiu, não tenha ido de encontro aos interesses dos trabalhadores, da população e às obrigações da empresa de acordo com a legislação em vigor.

Foram investidos mais de cem milhões de euros por parte do estado e, por esta razão, este dever-se-ia obrigar a publicitar o contrato de concessão, as suas contrapartidas e toda a monitorização eventualmente realizada.

Temos assistido à exploração massiva da matéria-prima que se encontra no subsolo, sem dar as devidas condições de trabalho aos trabalhadores e sem se verificar o cuidado necessário com as populações. Como agravante, a empresa recusa-se a reconhecer os representantes dos trabalhadores como interlocutores, promovendo um clima de repressão e de medo entre os seus colaboradores.

Os trabalhadores da ALMINA estiveram em greve, com uma forte adesão e com o apoio da população do concelho de Aljustrel, pelo cumprimento dos seguintes objetivos:

- Melhoria dos salários e demais matérias de expressão pecuniária;
- Melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho;
- A humanização dos horários de trabalho na lavaria;
- A normalização das relações de trabalho na empresa, contra a repressão sobre os trabalhadores;
- O direito à negociação e o reconhecimento do sindicato representativo dos trabalhadores.

Assim, saudamos a luta dos trabalhadores da ALMINA e demonstramos aqui a nossa solidariedade com uma luta justa e legítima e reprovamos qualquer tipo de repressão ou represálias junto de quem, por direito, reclama por melhores condições de trabalho e de vida.

Os eleitos pela CDU na Assembleia da União de Freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos

Aljustrel, 28 de dezembro de 2017